

ATA N.º 2

PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA CONTRATAÇÃO EM REGIME DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO PARA OCUPAÇÃO DE 1 POSTO DE TRABALHO DA CARREIRA/CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR, ÁREA DE ATIVIDADE – TURISMO

Aos doze dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e quatro, pelas catorze horas e trinta minutos reuniu o júri do procedimento concursal suprarreferido com as seguintes presenças:

Presidente do Júri: Amílcar de Assis Salomé Monteiro, Técnico Superior do Município de Mogadouro.

Vogais Efetivos: Paula Cristina dos Anjos Vicente, Técnica Superior do Município de Vimioso, e Branca Flor Cardoso Lopes Ribeiro, Chefe da Divisão de Administração Geral do Município de Bragança.

Secretariou a reunião a Técnica Superior de Gestão e Administração Pública, da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes, Joana Alexandra Santos Videira.

Esta reunião, terminado o prazo para apresentação de candidaturas, em cumprimento do previsto no n.º 2 do artigo 16.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, teve como objetivo a verificação dos elementos apresentados pelos candidatos, designadamente o preenchimento dos requisitos exigidos e a apresentação dos documentos essenciais à admissão.

Primeiro – Candidaturas rececionadas

Foram recebidas 20 candidaturas no âmbito do presente procedimento concursal, ordenadas pelo registo de entrada, nos seguintes termos:

1. Sandrina Emanuela Lima Pereira;
2. Luís António Aires Silva;
3. Ana Luísa Teixeira Magalhães;
4. João Gonçalo Barata Alves;
5. Isabel de Fátima Cunha Rodrigues;
6. Luís Filipe Esteves Meirinho;
7. Cristiana Vieira Eliseu;
8. Teresa Daniela Arruda Rijo;
9. Paulo Jorge Gonçalves Rodrigues;
10. Elisabete da Graça Cascais da Silva;
11. José Carlos Alves da Silva;
12. Catarina de Meneses Amarante Coelho Guedes;
13. Carolina Vieira Ramalhete;

14. Gonçalo Nuno Figueiredo Fernandes;
15. Sabrina Sofia Pereira Morais;
16. Ana Luísa Afonso Gomes;
17. Guilherme Alexandre Marques Cardoso;
18. Tito Emanuel Diogo Sales Resende;
19. Nuno Filipe Lages Pinto Ruas de Andrade;
20. Licínio Augusto Coutinho Filipe.

Segundo – Lista de candidatos admitidos

Verificados os elementos apresentados pelos candidatos, nos termos do n.º 1 do artigo 34.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, conjugada com o artigo 15.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, e uma vez que cumprem os requisitos exigidos e apresentaram os documentos essenciais à admissão e avaliação para o presente procedimento concursal, o júri deliberou, por unanimidade, o seguinte:

Admitir os 17 candidatos que a seguir se identificam:

- Ana Luísa Afonso Gomes
- Ana Luísa Teixeira Magalhães
- Carolina Vieira Ramalhete
- Cristiana Vieira Eliseu
- Elisabete da Graça Cascais da Silva
- Gonçalo Nuno Figueiredo Fernandes
- Guilherme Alexandre Marques Cardoso
- José Carlos Alves da Silva
- Licínio Augusto Coutinho Filipe
- Luís António Aires Silva
- Luís Filipe Esteves Meirinho
- Nuno Filipe Lages Pinto Ruas de Andrade
- Paulo Jorge Gonçalves Rodrigues
- Sabrina Sofia Pereira Morais
- Sandrina Emanuela Lima Pereira
- Teresa Daniela Arruda Rijo
- Tito Emanuel Diogo Sales Resende

Admitir condicionalmente 1 candidata que a seguir se identifica:

- Isabel de Fátima Cunha Rodrigues

A candidata não apresenta fotocópia legível do certificado da habilitação literária exigida, com indicação da data de conclusão, conforme a alínea b) do ponto 9.1 do aviso de abertura integral publicado na Bolsa de Emprego Público, com o código de oferta OE202402/0664 de 2024-02-20.

Face ao exposto e em cumprimento da parte final do n.º 4 do artigo 16.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, a candidata é notificada da decisão de admissão condicionada, concedendo o prazo de cinco dias úteis, para apresentação do documento exigido.

Terceiro – Lista de candidatos excluídos

O júri deliberou, por unanimidade, **excluir** do presente procedimento concursal os 2 candidatos infra identificados, pelos fundamentos que a seguir se enumeram:

Nome dos candidatos	Motivo da Exclusão
Catarina de Meneses Amarante Coelho Guedes	A candidata não é detentora do requisito habilitacional exigido no ponto 7.2 do aviso de abertura integral publicado na Bolsa de Emprego Público, com o código de oferta OE202402/0664 de 2024-02-20 (CNAEF 812 – Turismo e lazer).
João Gonçalo Barata Alves	O candidato não é detentor do requisito habilitacional exigido no ponto 7.2 do aviso de abertura integral publicado na Bolsa de Emprego Público, com o código de oferta OE202402/0664 de 2024-02-20 (CNAEF 812 – Turismo e lazer).

De acordo com o disposto no n.º 4 do artigo 16.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, os candidatos excluídos são notificados para a realização da audiência dos interessados nos termos do Código do Procedimento Administrativo, para no prazo de 10 dias úteis dizer, querendo, por escrito, o que se lhe oferecer sobre a intenção da exclusão, devendo utilizar o formulário tipo, de utilização obrigatória, aprovado pelo Despacho (extrato) n.º 11321/2009, publicado no Diário da República, 2.ª Série – N.º 89, de 08 de maio de 2009, que deverá acompanhar a notificação.

E para constar lavrou-se a presente ata, num exemplar único, que vai ser assinada pelos membros do júri, por recurso à assinatura digital, em sinal de conformidade e aceitação do seu conteúdo, considerando-se válida à data da última assinatura.

A Vogal,

O Presidente,

A Vogal,